



TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0126/2019

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Município de ALOÂNDIA.

CEDENTE: ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Procurador Chefe da Advocacia Setorial, nos termos do Art. 47, § 2º, da Lei Complementar nº 58/2006, ALERTE MARTINS DE JESUS, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 440.607.261-68, OAB nº 12.167/GO, residente e domiciliado em Goiânia - GO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.746.632/0001-95, órgão sucedâneo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação, por força das atribuições do art. 7º, inciso I, alínea "z", da Lei nº 17.257/2011 alterada pela Lei nº 20.417/2019, conforme previsão do art. 5º desta mesma lei, com sede administrativa na Rua 256, nº 52, Quadra 117, Setor Leste Universitário, CEP 74.610-200, em Goiânia - GO, ora representada por seu titular, ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA NETO, brasileiro, portador do RG nº 28.841.527-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 296.812.918-08, residente e domiciliado em Goiânia - GO;

CESSIONÁRIO: Município de ALOÂNDIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.345.537/0001-56, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal Sr.(a) SINOMAR JOSE DO CARMO, portador(a) do CPF nº 342.109.541-87 e C.I nº 1777750 SSP/GO, residente e domiciliado(a) na Av. 11 de Novembro nº 61 Setor Central - CEP: 75.615-000;

As partes devidamente qualificadas em epígrafe celebram o presente Termo de Cessão de Uso, nos termos do Processo Administrativo nº 201814304010271, mediante as condições seguintes, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993, com suas alterações, da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, bem como da Lei Estadual nº 17.257/2011, alterada pela Lei Estadual nº 20.417, de 06 de fevereiro de 2019.

CONDIÇÃO PRIMEIRA - DO OBJETO.

O presente instrumento tem por objeto a cessão de uso dos bens a seguir descritos:

- a) Caminhão FORD Cargo-1519 com caçamba basculante, ano/modelo 2018/2019, zero quilômetro, com 02 (dois) eixos, tração traseira 4x2, motor diesel de 189cv turbo alimentado, com transmissão manual de 06 velocidades à frente e 01 à ré, PBT Técnico de 15.000 kg, pneus novos, ar condicionado, rádio com entrada USB. Implemento caçamba instalado sobre o chassi, com capacidade volumétrica de 6 m³ com acionamento via tomada de força, protetores laterais, com para-choque traseiro e lameiros de proteção traseira, número patrimonial 1888107,



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

chassis/série 9BFYEB2B9KBS74566, no valor unitário de R\$ 195.900,00, adquirida por meio do Pregão Eletrônico nº 06/2018-SED no Processo nº 201814304002186, conforme Nota(s) de Empenho nº(s) 2018.3602.019.00012 (fonte 100) e 2018.3602.020.00002 (fonte 280) e Notas (s) Fiscal(is) nº(s) 157.423, de propriedade da Cedente e adquirido com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 850.929/2017 MAPA/CAIXA/SED, publicado no Diário Oficial da União, Página 64, Seção 3, segunda feira, 08 de janeiro 2018.

Parágrafo Primeiro – O objeto deste Termo de Cessão de Uso ficará sob a guarda do Município de ALOÂNDIA. O Cessionário declara haver recebido os bens e seus acessórios, descritos no caput da condição primeira deste ato unilateral, novos.

Parágrafo Segundo - O presente Termo integra o Processo nº 201814304010271 e tem respaldo no Contrato de Repasse nº 850.929/2017-MAPA/CAIXA/SED, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal e o Estado de Goiás, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Desenvolvimento da Agropecuária.

Parágrafo Terceiro – O Plano de Trabalho apresentado Processo nº 201814304010271 é parte integrante do presente Termo de Cessão de Uso, regendo-o no que for omissivo.

CONDIÇÃO SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I – Do Cedente:

a) Ceder a posse e o uso dos bens descritos na Condição Primeira ao Cessionário, a título gratuito e personalíssimo, para serem utilizados conforme especificações técnicas e administrados nos termos estabelecidos no Plano de Trabalho do Contrato de Repasse nº 850.929/2017 MAPA/CAIXA, no Termo de Referência, e neste Termo de Cessão de Uso.

II – Do Cessionário:

a) Contratar seguro contra sinistro, manter, guardar e conservar os bens ora cedidos de modo adequado, observando com rigor suas finalidades e capacidades, suas especificações técnicas e a necessária manutenção conforme as recomendações do fabricante, arcando com o ônus e o custo para tal;

b) Responsabilizar-se, perante terceiros, com completa isenção do Cedente, por quaisquer danos causados em razão do uso dos objetos deste ato unilateral, assegurada a regressividade contra seu preposto (agente público), se for o caso, na forma da lei, independente de quaisquer fatores externos, tais como furto, roubo, perda, entre outros;

c) Devolver ao Cedente o bem ora cedido, caso seja rescindido ou esgotada a vigência deste termo, nas mesmas condições em que o Cessionário o recebeu, ressalvados os desgastes naturais



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

decorrentes do uso regular e do decurso do tempo e, ainda, sem direito à retenção ou indenização;

d) Na eventualidade de danos aos bens, efetuar os reparos, deixando-os com as mesmas características e em semelhantes condições de conservação e funcionamento, tal como inicialmente recebido;

e) Apresentar relatório das atividades desenvolvidas, que deverá ser encaminhado ao Gestor do Termo de Cessão de Uso, por meio físico ou eletrônico, devendo ser anexado a estes autos. O primeiro relatório deverá ser apresentado seis meses após o recebimento do bem pelo Cessionário e os seguintes relatórios, a cada ano;

f) O descumprimento da obrigação constante do item anterior poderá motivar a rescisão da presente Cessão de Uso, por parte do Cedente;

g) Arcar com todas as taxas, impostos, multas, seguros e demais custos pertinentes aos bens, durante a vigência do presente termo;

h) O Cessionário se compromete a administrar e usar adequadamente os bens ora cedidos, enquanto estiver vigente a presente Cessão de Uso;

i) O Cessionário deverá autorizar somente pessoas habilitadas na direção e ou operação dos veículos e ou máquinas cedidas;

j) Fica o Cessionário obrigado, durante o período de garantia dos equipamentos a realizar as revisões nas empresas concessionárias da marca do bem.

CONDIÇÃO TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência da Cessão de Uso será de 60 (sessenta) meses contados a partir da assinatura do presente termo, com eficácia a partir da publicação do respectivo extrato na imprensa oficial.

Parágrafo Primeiro – A critério das partes, esse termo poderá ser prorrogado por igual período, devendo para tanto, o Cessionário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do termo final, comunicar expressamente seu interesse ao Cedente.

CONDIÇÃO QUARTA - DA RESCISÃO E DA DISSOLUÇÃO

O Cedente poderá, a qualquer tempo, rescindir unilateralmente a presente Cessão de Uso nos seguintes casos:

a) Ocorrer o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Cessão de Uso ou seu respectivo Plano de Trabalho;



- b) Houver o desvio de finalidade na utilização dos bens; ou
- c) Houver infração de qualquer dispositivo legal aplicável à cessão de uso.

Parágrafo Único – O cedente poderá, se for de sua conveniência, efetuar a dissolução unilateral deste ato a qualquer tempo, com notificação prévia de 30 (trinta) dias, independente de interpelação judicial, bem como, se houver o interesse comum das partes neste sentido, comprometendo-se o Cessionário a devolver o objeto deste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação, nas condições normais de uso, o que se obrigam a cumprir por si e/ou por seus sucessores.

CONDIÇÃO QUINTA - DAS PERDAS E DANOS

Se o Cessionário utilizar o objeto desta cessão de uso de modo diverso do aqui ajustado ou se ocorrer perda ou extravio do mesmo, caberá ao Cedente, além da rescisão unilateral do Termo de Cessão de Uso, exigir perdas e danos, tendo como referência o valor de mercado do objeto do ajuste no momento da rescisão.

CONDIÇÃO SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento, por parte do Cedente, da execução deste Termo de Cessão de Uso ficará prioritariamente a cargo da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e será realizada por servidor(es) designado(s) mediante Portaria.

Parágrafo Primeiro – O(s) servidor(es) apresentará(ão), após a vistoria, relatório circunstanciado observando a finalidade, a conservação e a utilização dos bens, conforme as condições estabelecidas pela Concedente e pelo presente Termo de Cessão Uso.

Parágrafo Segundo – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s), acompanhar e exigir os relatórios que deverão ser apresentados pelo Cessionário, conforme previsto na Condição Segunda, II, 'e'.

Parágrafo Terceiro – Verificando a ocorrência de qualquer irregularidade na execução do Termo de Cessão de Uso, quando da vistoria, o(s) servidor(es) designado(s) informará(ão), imediatamente, formalmente, à Chefia imediata, recomendando-lhe a adoção de medidas para sanear a inconformidade verificada.

Parágrafo Quarto – Constatado que as decisões e providências necessárias à regular execução do Termo de Cessão de Uso extrapolam a competência da Chefia imediata, esta solicitará aos seus superiores hierárquicos as providências pertinentes ao deslinde da questão.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Parágrafo Quinto – É livre o acesso, a qualquer tempo, do respectivo servidor(es) responsável(is), ao local de guarda e/ou utilização do objeto do presente Termo de Cessão de Uso, bem como o acesso aos relatórios mensais das atividades desenvolvidas.

CONDIÇÃO SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento providenciar a publicação do extrato deste Termo de Cessão de Uso no Diário Oficial do Estado de Goiás e no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.

CONDIÇÃO OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento deste Termo de Cessão de Uso serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

CONDIÇÃO NONA – DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

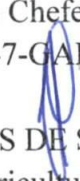
Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente deste Termo de Cessão de Uso, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento destes conflitos, consoante instrumento Anexo.

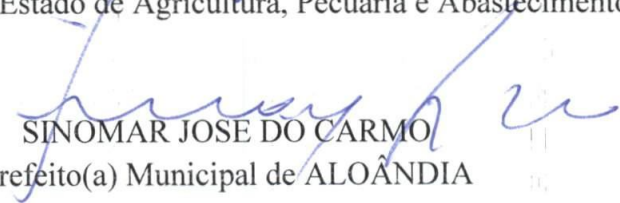
Por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Goiânia – GO, 28 de Março de 2019.


ALERTE MARTINS DE JESUS

Procurador de Estado Chefe da Advocacia Setorial
(Portaria 147-GAB/2019-PGE)


ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA NETO
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento


SINOMAR JOSE DO CARMO
Prefeito(a) Municipal de ALOÂNDIA



ANEXO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0126/2019

1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).
2. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.
3. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.
4. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.
5. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.
6. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.
7. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
8. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

Goiânia – GO, ____ de _____ de 2019.


ALERTE MARTINS DE JESUS

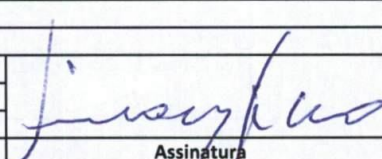

Procurador de Estado Chefe da Advocacia Setorial
(Portaria 147-GAB/2019-PGE)


ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA NETO
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento


SINOMAR JOSE DO CARMO
Prefeito(a) Municipal de ALOÂNDIA

PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS			
DO CESSIONÁRIO			CNPJ/MF
Prefeitura Municipal de Aloândia			01.345.537/0001-56
Endereço	Cidade	UF	CEP
Praça Pedro Ciriaco Dias	Aloândia	GO	75615-000
DDD./Telefone	Home page	E-mail	
64-3496-1130		pref.aloandia@hotmail.com	
Responsável		CI/Órgão expedidor	CPF
Sinomar Jose do Carmo		1.777.750 SSP/GO	342.109.541-87
Cargo/Função			E-mail
Prefeito Municipal			
Endereço	Cidade	UF	
Av 11 de novembro, nº 61	Aloândia	GO	
DA CEDENTE			CNPJ/MF
SEAPA, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sucessora da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, de Agricultura, Pecuária e Irrigação, nos termos da Lei Estadual nº 17.257/11, Artigo 5, alterada pela Lei 20.417 de 06/02/19 (Art 2º, Inc VII) c/c Art 17, A.			32.746.632/0001-95
Endereço	Cidade	UF	CEP
Rua 256, nº 52 Qd 117 Setor Leste Universitário	Goiânia	GO	CEP: 74.610-200
DDD./Telefone	Home page	E-mail	
(62)3201-8907/8902	www.sed.go.gov.br	geae@sed.go.gov.br	
Responsável		CI/Órgão expedidor	CPF
Antônio Carlos de Souza Lima Neto		28.841.527-9 SSP/SP	296.812.918-08
Cargo/Função			E-mail
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento -SEAPA			geae@sed.go.gov.br
Endereço	Cidade	UF	
Rua 256, nº 52 Qd 117 Setor Leste Universitário - CEP: 74.610-200 - Goiânia-GO	Goiânia	GO	

DESCRIÇÃO DO PROJETO		
Título do Projeto	Duração (dd/mm/aa)	
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Execução do Contrato de Repasse nº 850.929/2017 – MAPA/CAIXA/SED	Início	Na data da Assinatura do Termo de cessão de uso.
	Término	60 meses ou cinco anos da assinatura do termo de cessão de uso.
Identificação do Objeto		
Cessão de uso de patrulha mecanizada, 1 (um) Caminhão Basculante com Caçamba.		
Entidade : Município de Aloândia.		
Justificativa:		
O desenvolvimento da atividade agropecuária é de grande importância para a economia do município, gerando renda e empregos, tornando fator fundamental para logística das operações de apoio à produção, pois, são essenciais a execução dos serviços e adequação e manutenção das estradas vicinais e atendimento ao produtor rural.		
CAPACIDADE INSTALADA DO MUNICÍPIO		
O município possui servidores e estrutura para executar as atividades previstas no Plano de Trabalho firmado com a Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento -SEAPA . O município possui condutores habilitados para conduzir o (s) equipamento (s).		
Nome do condutor: Azemir Rosa Borges CNH: 01141492597		
Nome do condutor: Amarildo Diogo da Silva CNH: 01176493373		
Local de guarda dos equipamentos: Garagem da Prefeitura, Localizada na Av Cerâmica Esq/ com a Rua 01 sn Aloândia.		
METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e OBJETIVOS:		
Tem por finalidade apoiar a pequena produção agropecuária por meio de estímulo à produção e promoção da agregação de valor a seus produtos , melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores. Os bem ficará sob a responsabilidade do Município e prestará serviços para os pequenos e médios produtores rurais nas atividades agropecuárias. O bem atenderá 195 produtores rurais.		
Bem/Equipamento: 01 (um)Caminhão Basculante com Caçamba. 0		
Bem é de uso exclusivo no meio rural.		
Entidade	Município Aloândia	
Nome	Sinomar Jose do Carmo	
Cargo	Prefeito Municipal de Aloândia	
Local	Aloândia	
Data		
	Assinatura	
Entidade	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento -SEAPA	
Nome	Antônio Carlos de Souza Lima Neto	
Cargo	Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Local	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento -SEAPA	
Data		
	Assinatura	